

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Senhores Acionistas,

A Administração da Dtcom Direct to Company S/A tem a satisfação de submeter à vossa apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Dtcom Direct to Company S/A ("Dtcom" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3.

A Companhia tem por objeto social: a) prestar e executar serviços de telecomunicações e de radiodifusão de qualquer natureza, em todo o território nacional, mediante autorização, concessão e/ou permissão do Governo Federal, englobando os serviços de comunicação através de quaisquer plataformas tecnológicas de transmissão existentes e/ou que venham a ser criadas e desenvolvidas; b) prestar serviços de transporte de imagens, voz, áudio, vídeo, dados e Internet em alta velocidade; c) promover, através da utilização de satélites e sistemas de apoio, o treinamento, a atualização e a reciclagem profissional de mão de obra; d) promover, através da utilização de satélites e sistemas de apoio, a educação continuada a longa distância em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis de instrução; e) distribuir e comercializar sinais de canais de televisão por assinatura, próprios ou de terceiros; f) prestar serviços de educação continuada ou permanente à distância; g) prestar serviços de cursos de extensão e treinamento gerencial e profissional; h) promover e organizar seminários, congressos, simpósios e afins; i) criar, produzir, fornecer e comercializar programas, produtos e programação audiovisuais, bem como todo tipo de material de apoio na modalidade a distância; j) veicular propaganda e publicidade em todas as suas formas e modalidades, nos canais Dtcom; k) prestar serviços de assessoria e consultoria relativos aos objetos definidos neste Estatuto, inclusive e-learning e ensino a distância; l) desenvolver sistemas de automação industrial e de escritórios; m) prestar serviços de processamento de dados; n) comercializar equipamentos e softwares; o) participar no capital de outras Sociedades; p) prestar serviços de implantação e operação de sistemas de vídeo conferência, integradas à plataforma de satélite.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais não sofreram alterações em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE PREPARAÇÃO

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2017.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC. nº 12 ("Ajuste Valor Presente").

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Ativos circulante e não circulante

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e, quando aplicável, são ajustados a valor presente.

- Imobilizado

O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou formação, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo imobilizado.

A partir de 1º.01.2008 foi eliminada a possibilidade de registro de novas reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A Companhia optou por manter os saldos decorrentes das avaliações, pautadas nos estudos de recuperação do seu ativo imobilizado.

- Intangível

O Intangível é registrado ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A amortização é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 9 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo intangível.

Bens e direitos intangíveis antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado foram segregados dos tangíveis, ficando classificado em imobilizado, diferido e intangível.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização. Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributa pelo Lucro Real e o imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Provisão para perdas na realização de créditos

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

h. Instrumentos financeiros

Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

i. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os direitos reconhecidos no Circulante, Contas a Receber, decorrem na operação ordinária da Companhia, de acordo com seu fluxo financeiro de recebimentos.

Em média, a Companhia pratica prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 31 de dezembro de 2018 a posição de clientes com faturas em aberto era de R\$ 7.294 (R\$ 6.023 em 31 de dezembro de 2017).

Clientes	31.12.2018	31.12.2017
Públicos	1.701	4.493
Privados	6.086	2.017
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(493)	(487)
	7.294	6.023

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas. Como critério para constituição da PCLD, a Companhia provisiona 100% dos valores vencidos há mais de 180 dias.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo está demonstrada a seguir:

Vencimento do contas a receber bruto	31.12.2018	31.12.2017
A Vencer	4.828	4.063
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	707	516
31 a 60 dias	217	14
61 a 90 dias	15	12
90 a 180 dias	217	233
Mais de 180 dias	1.803	1.672
	7.787	6.510

Do montante total, constituído ainda no exercício de 2014, R\$ 875 foram objeto de discussão judicial. Montante este revertido do resultado em 2015, conforme negativa de recursos referente à condenação mencionada abaixo.

Para este montante em discussão judicial, a Companhia havia ingressado em 31/10/2011, com uma ação de cobrança de saldo contratual decorrente de serviços prestados durante a vigência do contrato nº 33/05 celebrado através da Secretaria de Estado da Educação com a interveniência da Fundação Aperipê de Sergipe – FUNDAP.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2018 E 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 14/04/2014, foi proferida a sentença condenando o Estado de Sergipe a pagar à Dtcom a quantia de R\$ 1.536.548,30 (um milhão, quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais e trinta centavos), devidamente atualizada, ou seja, com os acréscimos de juros legais moratórios desde 23.01.2012 da referida citação. Em 14.09.2015 os recursos foram julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, negando provimento ao recurso de apelação do Estado de Sergipe e dando provimento ao recurso adesivo da Dtcom para fins de majoração dos honorários advocatícios, ambos unânimes.

A Companhia, diante da negativa de recurso, atualizou e reconheceu em seu Contas a Receber e no Resultado o montante de R\$ 2.250, o qual se refere a Correção monetária pelo índice Poupança desde os vencimentos dos títulos e Juros mensais de 1% a partir do valor de citação em 23.01.2012, conforme determinado na sentença judicial, transitada em julgado.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – ATIVO E PASSIVO

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo - a recuperar:		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	422	921
INSS a compensar	1	1
Outros	788	577
	1.211	1.499
Passivo - a recolher:		
Impostos federais, estaduais e municipais	8.622	6.194
(-) Parcela classificada no circulante (incluindo parcelamentos)	(5.917)	(5.998)
Parcela classificada no não circulante (incluindo parcelamentos)	2.705	196

A Companhia possui uma criteriosa análise tributária, com foco no aproveitamento de possíveis créditos fiscais. Em razão do resultado econômico apurado no último exercício, a Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios de 2018, 2017, 2016 2015, 2014 e 2013. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais incorridos no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia.

Como estratégia de reduzir o impacto dos custos de curto prazo no fluxo financeiro, a Companhia busca identificar oportunidades de parcelamento de impostos e contribuições, que sejam mais vantajosas em termo de prazo, custos e amortização. Elencamos abaixo algumas medidas adotadas para adequar os compromissos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Com o advento da Lei nº 11.941/09, que instituiu novo parcelamento federal intitulado REFIS IV e tendo em vista as condições favoráveis deste, a Companhia optou por reparcelar os seus débitos federais, que se encontravam já parcelados em programas anteriores. A adesão deu-se através de programa disponibilizado, no sítio da Receita Federal do Brasil cujo parcelamento foi estabelecido em 180 meses com redução de 60% da multa, 25% dos juros e 100% dos encargos legais, nos termos que lhe garante o artigo 1º, da Lei nº 11.941/09, e artigos 15 e 17, da Portaria Conjunta da PGFN/RFB nº 06/09.

Na data de 28.07.2011, a Companhia concluiu a Consolidação do Parcelamento de Saldo Remanescente do Programa Refis da Lei nº 11.941/2009, efetuando o parcelamento em 19 e 40 parcelas.

Em maio de 2010 a Companhia aderiu ao parcelamento estadual junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, efetuando parcelamento em 60 meses, conforme previsto na Lei Estadual nº 5.647/2010.

Em 2014 a Companhia identificou importante oportunidade de liquidação de grande parte do saldo devedor dos seus compromissos tributários federais. Tal oportunidade decorreu da Medida Provisória n. 651/2014, art. 33:

“Art. 33. O contribuinte com parcelamento que contenha débitos de natureza tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2013, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB ou a Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional - PGFN poderá, mediante requerimento, utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2014, para a quitação antecipada dos débitos parcelados”.

Através de um minucioso planejamento tributário, a Companhia identificou oportunidade de aderir a tal programa, tendo impacto significativo em suas demonstrações e na própria redução do passivo.

Impostos e Contribuições a recolher	31.12.2014
Saldo Operacional	6.437
Medida Provisória n. 651/14	2.407
. Pagamento 30% em espécie	722
. Compensação Prej Fiscais	1.685
Saldo Final	4.030
% Redução Passivo	-37%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



DEMONSTRATIVO DE PREJUÍZO FISCAL E/OU BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSLL				
Cedente	Origem	Valor do montante solicitado	Percentual	Valor do crédito correspondente
Crédito Próprio	Prejuízo Fiscal	R\$ 4.955	25%	R\$ 1.239
	Base de Cálculo Negativa da CSLL	R\$ 4.955	9%	R\$ 446
TOTAL		R\$ 4.955		R\$ 1.685

No dia 02/08/2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, optando pela modalidade de pagamento à vista e em espécie de 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal, nos termos do artigo 2º, inciso I da Medida Provisória nº 783/2017. Entretanto, posteriormente, foi publicada em 25/10/2017 a Lei nº 13.496, a qual, além de representar a conversão da Medida Provisória nº 783/2017 em lei, realizou diversas modificações e inclusões no texto da citada Medida Provisória.

Dentre as inclusões, está a possibilidade de se optar pela modalidade de pagamento em espécie de 24% (vinte e quatro por cento) do valor da dívida consolidada em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal, nos termos do artigo 2º, inciso IV da referida lei.

Por outro lado, cita-se o teor do artigo 16-A da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1711, de 16 de junho de 2017:

Art. 16-A Os optantes pelo Pert na vigência da Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, terão as opções migradas automaticamente e farão jus às mesmas condições previstas na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, sendo desnecessário efetuar nova opção. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1752, de 25 de outubro de 2017) Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, no momento da prestação das informações para consolidação de que trata o § 3º do art. 4º o sujeito passivo poderá alterar a modalidade em que pretende parcelar a dívida. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1752, de 25 de outubro de 2017)

Desta forma, esta Requerente alterou a modalidade de pagamento para a prevista no artigo 2º, inciso IV da lei nº 13.496/2017, isto é, para a modalidade de pagamento em espécie de 24% (vinte e quatro por cento) do valor da dívida consolidada em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



7. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2018	31.12.2017
Terrenos		154	175	601	930	930
Edificações	2% e 10%	892	189	186	1.267	1.267
Móveis e utensílios	10%	741	160	168	1.069	1.068
Equipamentos de som e imagem	10%	3.473	3.756	1.471	8.700	8.700
Equipamentos de recepção e transmissão	10%	7.581	2.489	1.859	11.929	11.911
Equipamentos de informática	10%	1.389	1.096	127	2.612	2.612
Outros itens		296	29	23	348	344
					26.855	26.832
(-) Depreciação acumulada					(21.458)	(20.277)
					5.397	6.555

a. Movimentação do Imobilizado

Custo	31.12.2017 Custo	Adições	Baixas	31.12.2018 Custo
Terrenos	154	-	-	154
Edificações	892	-	-	892
Móveis e utensílios	740	1	-	741
Equipamentos de som e imagem	3.473	-	-	3.473
Equipamentos de recepção e transmissão	7.563	17	-	7.580
Equipamentos de informática	1.389	-	-	1.389
Outros itens	292	5	-	297
	14.503	23	-	14.526

Depreciação	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2018
Edificações	(460)	(47)	-	(507)
Móveis e utensílios	(535)	(32)	-	(567)
Equipamentos de som e imagem	(3.085)	(78)	-	(3.163)
Equipamentos de recepção e transmissão	(4.545)	(584)	-	(5.129)
Equipamentos de informática	(1.158)	(52)	-	(1.210)
Outros itens	(250)	(4)	-	(254)
	(10.033)	(797)	-	(10.830)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



b. Movimentação da Reavaliação

Custo Reavaliação	31.12.2017 Custo	Adições	Baixas	31.12.2018 Custo
Terrenos	175	-	-	175
Edificações	189	-	-	189
Móveis e utensílios	160	-	-	160
Equipamentos de som e imagem	3.756	-	-	3.756
Equipamentos de recepção e transmissão	2.489	-	-	2.489
Equipamentos de informática	1.096	-	-	1.096
Outros itens	29	-	-	29
	7.894	-	-	7.894

Depreciação Reavaliação	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2018
Edificações	(109)	(12)	-	(121)
Móveis e utensílios	(160)	-	-	(160)
Equipamentos de som e imagem	(3.756)	-	-	(3.756)
Equipamentos de recepção e transmissão	(2.490)	-	-	(2.490)
Equipamentos de informática	(1.098)	-	-	(1.098)
Outros itens	(28)	(1)	-	(29)
	(7.648)	(13)	-	(7.654)

c. Movimentação de Ajustes de Avaliação Patrimonial

Custo Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2017 Custo	Adições	Baixas	31.12.2018 Custo
Terrenos	600	-	-	601
Edificações	186	-	-	186
Móveis e utensílios	168	-	-	168
Equipamentos de som e imagem	1.471	-	-	1.471
Equipamentos de recepção e transmissão	1.859	-	-	1.859
Equipamentos de informática	127	-	-	127
Outros itens	23	-	-	23
	4.435	-	-	4.435

Depreciação Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2018
Edificações	(42)	(15)	-	(57)
Móveis e utensílios	(118)	(16)	-	(134)
Equipamentos de som e imagem	(1.029)	(148)	-	(1.177)
Equipamentos de recepção e transmissão	(1.301)	(186)	-	(1.487)
Equipamentos de informática	(89)	(12)	-	(101)
Outros itens	(16)	(2)	-	(18)
	(2.596)	(379)	-	(2.974)

Total Imobilizado	6.555	(1.166)	-	5.397
--------------------------	--------------	----------------	----------	--------------

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2018 E 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



d. Imobilizado totalmente depreciado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2018	31.12.2017
Edificações	55	55
Móveis e utensílios	517	510
Equipamentos de som e imagem	6.452	6.452
Equipamentos de recepção e transmissão	4.046	4.046
Equipamentos de informática	2.092	2.004
Outros itens	272	108

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado, suportada por laudo de empresa especializada legalmente habilitada, conforme 13ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2003. O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2007 a Companhia reavaliou seus ativos imobilizado e intangível. A reavaliação está suportada por trabalho realizado por perito legalmente habilitado, e consequente laudo de avaliação.

O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, incluindo a provisão dos efeitos fiscais equivalentes, bem como aprovado na 16ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2007.

Ato contínuo, em observação ao item 44 da Deliberação CVM 183/95, a Companhia visou resguardar o valor recuperável dos seus ativos, alinhando-se, inclusive ao que dispõe a Lei nº 11.638/07, com relação ao *impairment*, e ao Pronunciamento Técnico CPC 01, a Administração solicitou revisão dos procedimentos de avaliação, obtendo uma redução em relação aos montantes apresentados anteriormente. Essa foi aprovada na 44ª Reunião do Conselho de Administração, de 29 de abril de 2008, para ser posteriormente retificada em nova AGE.

A Companhia tomou a decisão de manter os saldos da reavaliação efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, até a sua efetiva realização, alinhando-se ao que dispõe a Lei 11.638/07 e Instrução CVM nº 469/08.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos imobilizados (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

Em atendimento ao CPC 27 – Ativo Imobilizado e a ICP 10, no exercício de 2010 a Companhia contratou uma empresa especializada que realizou um estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas a partir de 1º.01.2010, que impactaram positivamente no resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 1.073. Este Laudo foi aprovado na 53ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.03.2011.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22.12.2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

Valor recuperável de ativos (impairment) não financeiros (imobilizado e intangível). Em atendimento ao CPC 01, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, a Companhia realizou avaliação dos itens componentes do seu ativo imobilizado e intangível em 31.12.2018.

A Companhia constatou que as unidades geradoras de caixa não apresentaram valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, concluindo pela não necessidade de realizar ajustes de impairment sobre esses ativos.

A Companhia fez o estudo de Impairment de seus ativos imobilizados e intangíveis para um período de 10 anos, utilizando premissas econômicas divulgadas pelo Banco Itaú BBA para os próximos 5 anos e extrapolando as premissas para os anos seguintes, considerando as variações de suas principais matérias primas e produtos de acordo com as variações projetadas para o mercado.

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2018.

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2018	31.12.2017
Software	10%	1.182	270	285	1.737	1.737
Programa ensino site	20%	250			250	250
Acervo Técnico	10%	8.666	111	836	9.613	5.151
Gastos com desenvolvimento de projetos	10%	624			624	624
Gastos administrativos e divulgação	5%	1.273			1.273	1.273
Outros itens		52			52	52
Intangível em andamento		6.479			6.479	3.391
					20.028	12.478
(-) Amortização acumulada					(6.896)	(6.375)
					13.132	6.103

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



a. Movimentação do Intangível

	31.12.2017			31.12.2018
Custo	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	1.182	-	-	1.182
Programa ensino site	250	-	-	250
Acervo Técnico	4.204	4.462	-	8.666
Gastos com desenvolvimento de projetos	624	-	-	624
Gastos administrativos e divulgação	1.273	-	-	1.273
Outros itens	52	-	-	52
Intangível em andamento	3.391	3.088	-	6.479
	10.976	7.550	-	18.526

	31.12.2017			31.12.2018
Amortização		Adições	Baixas	
Software	(774)	(142)	-	(916)
Acervo Técnico	(2.726)	(250)	-	(2.976)
Gastos com desenvolvimento de projetos	(624)	-	-	(624)
Gastos administrativos e divulgação	(1.084)	(14)	-	(1.098)
Outros itens	(4)	-	-	(4)
	(5.212)	(406)	-	(5.618)

b. Movimentação da Reavaliação

	31.12.2017			31.12.2018
Custo Reavaliação	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	270	-	-	270
Acervo Técnico	111	-	-	111
	381	-	-	381

	31.12.2017			31.12.2018
Amortização da Reavaliação		Adições	Baixas	
Software	(268)	(2)	-	(270)
Acervo Técnico	(112)	-	-	(112)
	(380)	(2)	-	(382)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



c. Movimentação de Ajustes de Avaliação Patrimonial

	31.12.2017			31.12.2018
Custo Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	285	-	-	285
Acervo Técnico	836	-	-	836
	1.121	-	-	1.121
Amortização Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2018
Software	(198)	(29)	-	(227)
Acervo Técnico	(585)	(84)	-	(669)
	(783)	(113)	-	(896)
Total Intangível	6.103	7.029	-	13.132

d. Intangível totalmente amortizado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2018	31.12.2017
Software	1.147	1.026
Gastos administrativos e divulgação	-	4
Acervo Técnico	1.325	1.098
Gastos com Pesquisa e desenv.	624	624

Da mesma forma que a Companhia reavaliou seus ativos tangíveis, foi realizada a reavaliação de seus bens intangíveis que foram aprovados da mesma forma descrita na nota 8.

Os softwares referem-se a licenças adquiridas para utilização no parque tecnológico e setor administrativo.

Os gastos pré-operacionais administrativos e com divulgação, referem-se a gastos pré-operacionais de investimentos de imagem e remodelagem de produtos, incorridos até 30 de novembro de 2000.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, foram elaborados os estudos econômicos de projeções de longo prazo demonstrando a ocorrência de benefícios futuros atribuíveis aos ativos da Companhia, incluindo os intangíveis.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor

Recuperável de Ativos. Os ativos intangíveis (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de juros anuais (%)	Vencimentos	31.12.2018		31.12.2017		
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	
<u>Empréstimos</u>							
Banco ABC Brasil S.A. Nº 3748115	CDI + 7,44 a.a	05/05/2021	1.566	2.217	1.704	3.800	
Banco Bradesco S.A. Nº 237/3645/0209	18,6 a.a	12/09/2019	-	-	1.137	787	
Banco Bradesco S.A. - Capital e Giro	1,5% a.m	31/12/2017	-	-	5	-	
Banco Bradesco S.A. - Limite	1,43 a.m	30/10/2018	-	-	265	-	
BB Giro Flex	2,36 a.m	31/12/2018	108	-	184	-	
Cartão BNDS - KOL	1,00 a.m	31/12/2018	-	3	-	3	
BNDS 600 - KOL	1,00 a.m	31/12/2018	2	12	2	12	
BRDE - SC - Financiamento 2.35566.01.0P-CAP + 0,54% a.m		01/01/2023	753	82	359	394	
Banco Renner	3,15 a.m	28/08/2021	395	608	-	-	
Banco Bradesco S.A. - Capital e Giro N.º 2	1,23% a.m	21/09/2021	628	1.111			
<u>Saldo devedor da Conta Corrente:</u>							
Banco ABC Brasil S.A.	6,63 a.m	31/12/2017	609	-	579	-	
Credifisc	1,00 a.m	31/12/2017	40	-	40	-	
Banco Daycoval	1,44 a.m	30/09/2018	699	-	-	-	
<u>Outros Empréstimos e Financiamentos</u>							
Contrato BNDES	11,76 a.a	13/01/2019	6	-	66	6	
TV O Estado de Florianópolis		12/12/2019	270	-	-	-	
Banco Daycoval	1,44 a.m	31/12/2018	193	-	-	-	
TV Cidade dos Príncipes		23/12/2018	30	-	-	-	
			5.299	4.033	4.341	5.002	

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços.

- A Companhia submeteu à aprovação do Conselho de Administração proposta de captação de recursos financeiros para: a) alongar o prazo de amortização do contrato de crédito celebrado em 30/06/2015 junto ao Banco ABC Brasil S.A.; b) Utilizar o saldo remanescente para fortalecimento do fluxo de caixa, conforme projeção financeira apresentada em reunião, para que a Companhia possa minimizar o desgaste que tem enfrentado perante seus fornecedores e permitir que a Companhia possa aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pelo Governo Federal.

a) Cronograma de Pagamentos

Em 31 de dezembro de 2018, a amortização principal dos empréstimos com instituições financeiras apresentava os seguintes vencimentos:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2018 E 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Empréstimos

Banco ABC Brasil S.A.	2019	1.565
	2020	1.565
	2021	652

3.783

Empréstimos

BRDE SC	2019	204
	2020	204
	2021	204
	2022	204
	2023	17

835

Financiamentos

Contrato BNDES	2019	6
----------------	------	---

6

Empréstimos

Banco Bradesco S.A.	2019	632
	2020	632
	2021	474

1.739

Empréstimos

Banco Renner S.A.	2019	376
	2020	376
	2021	251

1.003

O cronograma de pagamentos dos empréstimos bancários está perfeitamente ajustado ao fluxo financeiro da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



10. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A Companhia adota política de parceria com seus fornecedores, estabelecendo relacionamentos de longo prazo, o que permite melhorar a qualidade dos serviços / produtos, bem como obter ganho de escala. Para tal a DTCOM adota política de transparência, quanto à prestação de serviços e pagamentos de suas obrigações, ajustando o fluxo de forma que seja benéfico para toda cadeia produtiva.

Não é à toa que a Companhia conta com parcerias de mais de 10 anos, fruto de relacionamento estreito e respeitoso.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) destina-se à redução do endividamento da Companhia à curto prazo. Obrigando-se o acionista, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever o AFAC, a ser realizado mediante subscrição pública ou privada de ações ordinárias de emissão da Companhia, e utilizar o AFAC na integralização das Ações.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Foram registrados créditos tributários sobre prejuízos fiscais até o limite de R\$ 20 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2017), que corresponde ao total de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a reserva de reavaliação, registrados no passivo não circulante.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, observada a Deliberação CVM nº. 371, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, conforme preconizado na referida instrução. Este crédito tributário potencial, conservadoramente não reconhecido, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é assim resumido:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

	31.12.2018		Total	31.12.2017		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
Base negativa de contribuição social		43.351			44.125	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	43.351			44.125		
Base de cálculo	43.351	43.351		44.125	44.125	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	10.838	3.902	14.739	11.031	3.971	15.003
(-) Crédito tributário registrado	(15)	(6)	(21)	(17)	(6)	(23)
Crédito tributário potencial não registrado	10.823	3.896	14.718	11.014	3.965	14.980

13. PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 55.090 mil (R\$ 54.110 em 31 de dezembro de 2016), divididos em 7.338.756 (sete milhões, trezentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferencias, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia serão escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

b. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

c. Destinação dos lucros

Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará proceder o levantamento de um balanço geral patrimonial e gerará as demonstrações financeiras e financeiras para, de acordo com a legislação vigente, apurar e demonstrar, mediante procedimentos baseados nos critérios de avaliação e classificação dos elementos patrimoniais e de resultados, o resultado do exercício, o lucro ou o prejuízo acumulado e evidenciar o estado do patrimônio da Companhia, os quais serão submetidos ao Conselho de Administração e à deliberação da Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício.

O lucro do exercício terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20 % (vinte por cento) do Capital Social integralizado; b) pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas, de no mínimo 50% (cinquenta por cento), calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do Art. 202 da Lei 6404 / 76; c) o saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2018 E 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



14. RESULTADO POR AÇÃO

Lucro (Prejuízo) por ação

Em atendimento ao CPC 41, aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação, seguem abaixo as informações sobre o lucro (prejuízo) por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O lucro (prejuízo) por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo líquido do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31.12.2018	31.12.2017
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	2.034	3.170
Quantidade de ações ao final do exercício	7.789	7.789
Lucro (Prejuízo) por ação no final do exercício	0,2611	0,4070

	31.12.2018	31.12.2017
Prejuízo líquido atribuível a detentores de ações ordinárias - lucro básico e diluído por ação	1.916	2.987
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	7.339	7.339
(Lucro) Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações em R\$	261,1150	406,9492
Prejuízo líquido atribuível a detentores de ações preferenciais - lucro básico e diluído por ação	118	183
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	450	450
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações em R\$	261,5041	407,5556

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2018 E 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



15. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2018	31.12.2017
<u>Receitas</u>		
. Transmissão de sinal via satélite	1.919	2.306
. Prestação de serviços	17.917	16.304
. Outras receitas	-	-
Total das Receitas Operacionais	<u>19.836</u>	<u>18.610</u>
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Cancelamentos s/ serviços		
. Icms	(206)	(272)
. Pis	(296)	(283)
. Cofins	(1.424)	(1.303)
. Iss	(375)	(342)
Total das deduções	<u>(2.301)</u>	<u>(2.200)</u>
Total das Receitas Operacionais, líquidas	<u>17.535</u>	<u>16.410</u>

No grupo receita de transmissão de sinal via satélite encontra-se todos os serviços relacionados à plataforma tecnológica de transmissão de conteúdo por satélite, serviços estes típicos das soluções **DtcomSat**, onde são desenvolvidos projetos de comunicação corporativa, utilizando-se de tal plataforma.

No grupo receita de prestação de serviços engloba serviços não enquadrados no grupo anterior, neste sentido, incorpora serviços relacionados tanto à solução **DtcomSat**, quanto à solução **DtcomWeb**. A classificação do grupo de receita baseia-se na natureza da prestação de serviços.

A avaliação da Companhia quanto ao desempenho apurado é bastante satisfatória, a Companhia considera este desempenho como positivo, face os desafios que o ano de 2018 impôs ao mercado.

Do ponto de vista dos seus componentes, percebe-se que há uma tendência de crescimento do grupo serviços (R\$ 17.535 em 2018 e R\$ 16.410 em 2017), fruto do esforço na Companhia em agregar valor à sua base de clientes. Tal resultado pode ser analisado também à luz dos esforços da Companhia na alavancagem da vertical de negócios DtcomWeb.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2018 E 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



16. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2018	31.12.2017
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	2.082	3.173
. Energia elétrica	137	13
. Locação de satélite	1.651	1.809
. Instalação e manutenção de rede privada	16	99
. Produção de conteúdo/gravação	1.537	1.684
. Serviços de terceiros com transmissão	1.007	863
. Serviços de terceiros	495	1.258
. Depreciações e amortizações	1.526	1.511
. Outros custos	6	26
	8.457	10.436
Total dos custos dos serviços prestados	8.457	10.436

A composição dos custos demonstra equilíbrio na distribuição dos recursos, sendo os itens de maior representatividade gastos com pessoal (25% em 2018 e 30% em 2017), serviços de terceiros voltados à prestação de serviços, como conectividade, serviços de transmissão (12% em 2018 e 8% em 2017), locação de satélite (20% em 2018 e 17% em 2017) e Produção de conteúdo/gravação (18% em 2018 e 16% em 2017).

Ao longo de 2018, aprimoramos nossas ações de gestão de pessoas, viabilizando maior foco em nossos negócios através de uma estrutura centrada na gestão de marcas, de maneira a aprimorar nossas competências para sustentar nosso crescimento futuro.

Os principais itens que contribuírem para elevação de no custo dos serviços prestados foram os itens de produção de conteúdo representando 28% do custo total, e custos com pessoal 36% do custo total, os quais estão diretamente relacionados com o incremento de receita.

Para o trimestre a Companhia tomou algumas ações para compensar o efeito da instabilidade econômica na estrutura de gastos, substituindo despesas operacionais por investimentos, renegociando com sua cadeia de fornecedores, melhorando a performance operacional.

Os custos dos serviços prestados foram pressionados pela instabilidade econômica, principalmente quanto aos indicadores de inflação do período.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2018 E 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



17. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	31.12.2018	31.12.2017
<u>Despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>		
. Pessoal	770	663
. Honorários da administração	460	637
. Serviços de assessoria e consultoria	595	133
. Serviços de terceiros	602	716
. Despesas gerais	395	506
. Depreciações e amortizações	118	114
<u>Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>	2.940	2.769
<u>Despesas comerciais</u>		
. Pessoal	628	636
. Provisão para contingências trabalhistas	-	12
. Reversão para contingências trabalhistas	-	(112)
. Publicidade e propaganda	13	6
. Serviços de assessoria e consultoria	282	234
. Serviços de terceiros	182	49
. Despesas gerais	9	3
. Depreciações e amortizações	4	5
. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	19	164
. Reversão das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(12)	-
. Despesas tributárias	29	30
<u>Total das despesas comerciais</u>	1.154	1.027
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
. Ganho Parcelamento Impostos	828	4.861
. Baixa de imobilizado		
. Outras receitas operacionais		
<u>Total das outras receitas operacionais</u>	828	4.861

O grupo de despesas comerciais, administrativas e gerais sofreu o mesmo impacto da instabilidade econômica.

De forma geral, a Companhia mantém um rigoroso monitoramento de suas despesas e procura tomar ações imediatas para correção de distorções que se apresente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2018 E 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31.12.2018	31.12.2017
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	2.263	2.083
Juros pagos ou incorridos	732	367
Multa dedutível	476	535
Outros	291	130
	<u>3.762</u>	<u>3.115</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Variações monetárias ativas	26	37
Outros	275	413
	<u>301</u>	<u>450</u>
Resultado Financeiro	<u>3.461</u>	<u>2.665</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 estão identificados a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2018 E 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Descrição	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	244	244
Contas a receber (1)	7.294	7.294
Impostos a recuperar	1.211	1.211
Fornecedores	(3.570)	(3.570)
Empréstimos e financiamentos (2)	(9.332)	(9.332)
Impostos a recolher	(8.622)	(8.622)

(1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do período está demonstrada na nota 6.

(2) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do período está demonstrada na nota 10.

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e a recolher

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Derivativos

Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Limitações

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades.

i. Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada uma constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

ii. Risco de Liquidez

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los.

iii. Risco de Taxas de Juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento da Companhia está sujeito à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas. Por considerar que tais riscos não tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, não houve a necessidade de demonstração de seus impactos no resultado e patrimônio líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas contratadas, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, correspondem a:

Descrição	Tipo de seguro	31.12.2018	31.12.2017
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	16.150	16.150
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros		

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui alguns processos nas áreas trabalhistas e previdenciárias, responsabilidade civil, sendo que a maioria destes processos originou-se do curso regular dos negócios da Companhia. Os processos apresentados neste item foram selecionados considerando, principalmente, sua capacidade de representar impacto significativo no patrimônio da Companhia, na capacidade financeira ou nos negócios.

Para identificar o grau deste impacto, a Companhia possui três categorias de risco de perda: Perda provável (que requerem provisionamento de recursos); Perda possível (que não requerem provisionamento de recursos); Perda remota (que não requerem provisionamento de recursos), esta avaliação de risco é realizada por advogados externos.

Os valores provisionados são suficientes para cobertura dos riscos apontados, sendo os mesmos atualizados com base nos relatórios apresentados pelos consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro 2017, estão identificados a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2018 E 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31.12.2018	31.12.2017
Ações Trabalhistas	70	64
Causas Cíveis	-	123
	70	187
Total de provisão para contingências	-	(64)
	70	123

O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda de ações judiciais e administrativas, repassado conjuntamente com os advogados externos, responsáveis pela condução dos processos. Somente encontram-se provisionados valores relativos aos processos cujo prognóstico apurado com os advogados externos é provável.

22. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA – INFORMAÇÃO ADICIONAL

	31.12.2018	31.12.2017
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	2.034	3.170
(+) Depreciação/amortização	1.610	1.630
(+) Resultado financeiro líquido	3.461	2.665
LAJIDA (EBITDA)*	7.105	7.465

* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

* EBITDA - Earning before interest, taxes, depreciation and amortization

Uma das principais preocupações da Companhia é preservar e melhorar seu resultado operacional, neste aspecto a geração de Ebitda positivo é algo de muita relevância na análise de desempenho.

A Administração da Companhia reforça sua percepção que o projeto Dtcom tem base sólida, com uma carteira privilegiada de clientes, com projetos sólidos e aderentes ao mercado, com equipe altamente competente e engajada e sem dúvida alguma a Companhia conseguirá implementar seu plano de crescimento, tornando-se ainda mais um case de sucesso.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



23. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS EMPREGADOS

A remuneração da Administração deve ser fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 14 de junho de 2018 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 1.200 mil para o exercício de 2018.

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

Pró-labore: remuneração nominal, parte fixa da remuneração, tem o objetivo de atrair e reter profissionais qualificados e diferenciados no mercado. Constantemente a Companhia realiza pesquisa para averiguar a compatibilidade dos seus padrões de remuneração com as práticas de mercado;

Gratificação: é diretamente relacionado ao resultado anual obtido pela Companhia e aos resultados individuais obtidos nas metas específicas definidas para cada diretor estatutário, dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia, como objetivo recompensar o resultado do ano quando as metas estipuladas para o período são alcançadas, esta política tem o objetivo de alinhar os interesses dos executivos e da Companhia; e

Benefícios: Os Diretores também fazem jus aos benefícios oferecidos pela Companhia a todos os seus demais integrantes, como assistência médica, odontológica e alimentação. Tais benefícios complementam o pacote de remuneração dos mesmos, compondo a remuneração total recebida.

Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela Companhia. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2018 E 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

* * *